



PLANO DE INTEGRIDADE
FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL/MinC

Rio de Janeiro, novembro de 2018
Ref. Processo SEI nº 01430.000543/2018-67

ÍNDICE

1. INFORMAÇÕES SOBRE A INSTITUIÇÃO	3
1.1. Principais competências e serviços prestados	3
1.2. Estrutura regimental	4
1.3. Setor de atuação e principais parcerias	10
1.4. Missão, visão, valores institucionais e diretrizes do Planejamento Estratégico	12
1.5. Principais instrumentos legais internos relativos à área de integridade	13
1.6. Estrutura de gestão de integridade	14
2. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PLANO DE INTEGRIDADE	15
3. RISCOS E MEDIDAS DE TRATAMENTO	16
4. MONITORAMENTO E ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA	17

1. INFORMAÇÕES SOBRE A INSTITUIÇÃO

1.1.Principais competências e serviços prestados

A Fundação Biblioteca Nacional (FBN) é um órgão vinculado ao Ministério da Cultura, responsável pela execução da política governamental de captação, guarda, preservação e difusão da produção intelectual do país.

Suas competências definidas em seu estatuto, aprovado por meio do Decreto nº 8.297, de 15 de agosto de 2014, podem ser sintetizadas em duas linhas de atuação: a primeira diz respeito à salvaguarda da memória cultural bibliográfica brasileira, reconhecido mundialmente como um verdadeiro tesouro, englobando todas as ações referentes à sua preservação; e a segunda, concerne ao fomento à produção e difusão do conhecimento.

O artigo 2º, do capítulo I, do anexo I, do citado Decreto registra as seguintes competências institucionais:

- I. Captar, preservar e difundir os registros da memória bibliográfica e documental nacional;
- II. Adotar as medidas necessárias para conservação e proteção do patrimônio bibliográfico e digital sob sua custódia;
- III. Atuar como centro referencial de informações bibliográficas;
- IV. Atuar como órgão responsável pelo controle bibliográfico nacional
- V. Ser depositária e assegurar o cumprimento da legislação relativa ao Depósito Legal;
- VI. Registrar obras intelectuais e averbar a cessão dos direitos patrimoniais do autor;
- VII. Promover a cooperação e a difusão nacionais e internacionais relativas à missão da Fundação Biblioteca Nacional;
- VIII. Fomentar a produção de conhecimento por meio de pesquisa, elaboração e circulação bibliográficas referentes à missão da Fundação Biblioteca Nacional.

Dessa forma, a Fundação Biblioteca Nacional tem como principais ações: preservar e difundir os registros da memória bibliográfica e documental nacional; atuar como centro referencial de informações bibliográficas; registrar obras intelectuais e averbar a cessão dos direitos patrimoniais do autor; assegurar o cumprimento da legislação relativa ao Depósito Legal; e elaborar e divulgar a bibliografia nacional.

1.2.Estrutura regimental e macroprocessos

1.2.1-Macroprocessos

Segundo o Planejamento Estratégico 2019/2022 da FBN, os macroprocessos, seus objetivos estratégicos e respectivas iniciativas estão descritos da seguinte forma:

Captação

1. Ampliar o acervo bibliográfico e documental nos diversos suportes

Iniciativas:

- 1.1. Plano de proteção, ampliação e preservação de acervos
- 1.2. Plano de ampliação do espaço físico para guarda de acervos
- 1.3. Projeto de dinamização do Depósito Legal
- 1.4. Projeto de captação de obras digitais

Preservação

2. Preservar todo o acervo bibliográfico e documental

Iniciativas:

- 2.1. Programa de proteção, ampliação e preservação de acervos
- 2.2. PAC Cidades Históricas

3. Tratar tecnicamente todo o acervo bibliográfico e documental nacional

Iniciativas:

- 3.1. Tratamento técnico de todas as peças ainda não tratadas

Conhecimento

4. Produzir conhecimento a partir de seu acervo

Iniciativas:

- 4.1. Programa de fomento de produção de conhecimento
- 4.2. Política para produção de pesquisa na BN

5. Qualificar técnicos no âmbito de sua missão

Iniciativas:

- 5.1. Programa Integrado de Formação de Gestores e Corpo Técnico

Difusão / Acesso

6. Promover o acesso e a difusão do acervo memória nacional

Iniciativas:

- 6.1. Programa integrado de digitalização e disponibilização de acervos bibliográficos e documentais
- 6.2. Programa de aprimoramento das visitas orientadas
- 6.3. Desenvolvimento de produtos relacionados à instituição
- 6.4. Ampliação do calendário de exposições e mostras

7. Promover a cooperação e o intercâmbio nacional e internacional no âmbito de sua missão

Iniciativas:

- 7.1. Diretrizes gerais das relações externas da BN
- 7.2. Promoção integrada da cultura brasileira no exterior
- 7.3. Política de acesso ao acervo físico e digital

8. Garantir o acesso ao registro público de obras intelectuais

Iniciativas:

- 8.1. Modernização do sistema de registro público

Governança

9. Alinhar a estrutura organizacional

Iniciativas:

- 9.1. Restruturação organizacional (Estatuto e Regimento) da BN

10. Implantar modelo de gestão

Iniciativas:

- 10.1. Gestão da estratégia
- 10.2. Mapeamento e redesenho de processos críticos
- 10.3. Implantação de mecanismos de gestão por resultados
- 10.4. Implantar um sistema efetivo de gestão de riscos e de promoção da integridade

11. Modernizar a infraestrutura de trabalho e atendimento

Iniciativas:

- 11.1. Programa de aperfeiçoamento de condições de trabalho
- 11.2. Programa de aperfeiçoamento do atendimento ao usuário

12. Implantar uma área de gestão da tecnologia da informação e comunicação

Iniciativas:

- 12.1. Criação de unidade de gestão de TIC
- 12.2. Manter atualizado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação
- 12.3. Projeto de gestão de documentos eletrônicos da BN
- 12.4. Desenvolvimento de normas para gestão de TIC
- 12.5. Aperfeiçoamento do sítio e da intranet

13. Promover a sinergia entre as áreas

Iniciativas:

- 13.1. Implantação de Escritório de Projetos
- 13.2. Implantação de Escritório de Relações Internacionais

14. Garantir transparência e eficácia da comunicação interna e externa

Iniciativas:

- 14.1. Implantar ASCOM
- 14.2. Plano de Comunicação

15. Garantir a sustentabilidade das políticas técnicas das diversas áreas da BN

Iniciativas:

- 15.1. Institucionalizar Comissões Técnicas Permanentes
- 15.2. Desenvolver programas de modernização das áreas técnicas

16. Assegurar mecanismos de controle social

Iniciativas:

- 16.1. Aperfeiçoar os canais de acesso à informação e relação com a sociedade

Pessoal

17. Estruturar e valorizar o quadro de pessoal

Iniciativas:

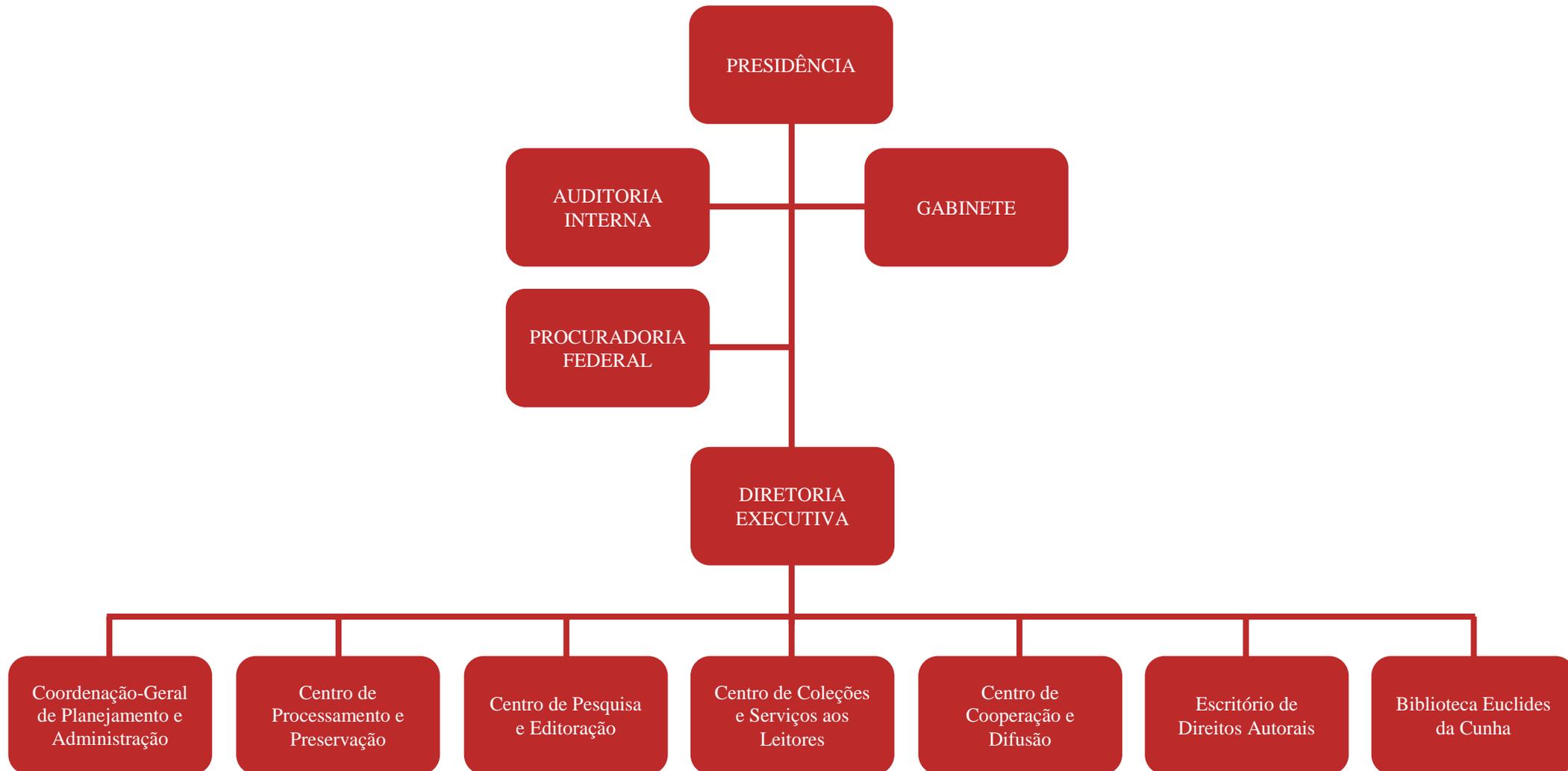
- 17.1. Elaboração de proposta de Estruturação do Quadro de Pessoal
- 17.2. Elaboração de proposta de Valorização do Quadro de Pessoal

18. Desenvolver as competências necessárias

Iniciativas:

- 18.1. Programa de formação continuada por competências

1.2.2 Organograma, conforme Estatuto – Decreto nº 8.297/2014



1.2.3- INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências
Centro de Processamento e Preservação	Desenvolver projetos e ações de: preservação, conservação, restauração e microfilmagem do acervo; assegurar o cumprimento da legislação referente ao Depósito Legal; planejar e definir estratégias de desenvolvimento e gestão das bases de dados bibliográficas; planejar as atividades de processamento biblioteconômico do acervo de livros; planejar e definir estratégias de gestão e desenvolvimento da Biblioteca Nacional Digital; e planejar e definir estratégias de preservação dos recursos digitais da Biblioteca Nacional.
Centro de Coleções e Serviços aos Leitores	Assegurar a execução das atividades relativas à identificação, à organização, ao inventário, ao cadastramento, à guarda e à manutenção do acervo da Biblioteca Nacional; Definir estratégias e coordenar as ações de processamento biblioteconômico do acervo bibliográfico e documental retrospectivo e especial e do acervo de publicações seriadas, corrente e retrospectivo, e estudos com vistas à identificação de documentos raros e preciosos, de relevância para a cultura brasileira, existentes em território nacional e no exterior.
Centro de Cooperação e Difusão	Propor, coordenar e implementar: Projetos e ações de cooperação com instituições congêneres, nacionais e internacionais; A participação da Biblioteca Nacional em eventos inerentes a sua missão institucional, no País e no exterior; Ações de assessoria internacional; Atividades de promoção e difusão do acervo da Biblioteca Nacional e da produção intelectual documental e bibliográfica brasileira no País e no exterior; Ações de difusão cultural na Biblioteca Nacional; Programas de incentivo à tradução de autores brasileiros no exterior.
Centro de Pesquisa e Editoração	Fomentar a produção de conhecimento por meio de apoio a estudos e pesquisas multidisciplinares com base no acervo bibliográfico e documental da BN e em outros acervos da memória da cultura brasileira; promover programas e projetos que contribuam para maior conhecimento da cultura brasileira e potencializem a disseminação dos conteúdos do acervo da BN; apoiar e desenvolver pesquisas em articulação com outros setores da BN; e, propor, coordenar e implementar a política e os programas editoriais da BN.
Diretoria Executiva	Auxiliar o Presidente na implementação das atividades de competência da FBN; Supervisionar a elaboração da proposta orçamentária e o plano de ação da FBN; Planejar, dirigir, coordenar e orientar a implementação de ações da FBN; Exercer outras atribuições designadas pelo Presidente.

Fonte: Relatório de Gestão 2017

1.3. Setor de atuação e principais parcerias

1.3.1-Ambiente de atuação

Uma Biblioteca Nacional e Pública não é necessariamente sinônimo de popular. Nacional por abrigar a memória documental da cultura de um país. Por isso, a nossa BN procura, por todos os meios disponíveis e atualizados, colocar o acervo à disposição de pesquisadores, seja diretamente por manuseio de obras e documentos ou por consulta aos microfimes e às edições fac-símiles, no caso de material fragilizado pelo tempo, usuários esses identificados aqui como público presencial, seja por consultas em meio virtual, visitando o *site* e à distância (telefone, correio), em consultas à Divisão de Informação – DINI, usuários considerados público remoto.

Para atender aos objetivos puramente públicos, a instituição dispõe de uma biblioteca a ela vinculada: a Biblioteca Euclides da Cunha – BEC, localizada no Palácio Gustavo Capanema. Em virtude das obras de restauração do prédio Palácio Gustavo Capanema, em 29 de agosto de 2016 a BEC suspendeu o atendimento ao público, por tempo indeterminado.

A Casa da Leitura, localizada no imóvel da Rua Pereira da Silva nº 82, Laranjeiras, Rio de Janeiro – RJ, proveniente do Decreto de Cessão sob a forma de utilização gratuita, que tem como Outorgante Cedente a União Federal, e como Outorgada Cessionária a Fundação Biblioteca Nacional, publicado no Diário Oficial da União de 06 de setembro de 1991, destina-se, segundo a cláusula quarta, à instalação dos órgãos e setores vinculados ao Incentivo à Leitura e ao Centro de Documentação e Pesquisa sobre Literatura Infanto-Juvenil, dentro do projeto de diversificação e ampliação das atividades e instalações da FBN.

Como uma instituição de excelência, estabelece parcerias tanto internacionais como nacionais.

1.3.2-Principais Parceiros Internacionais

Associação de Estados Ibero Americanos para o Desenvolvimento das Bibliotecas Nacionais dos Países de Ibero América – ABINIA; Federação Internacional de Associações de Bibliotecas – IFLA; a Agência *International Standard Book Number* (ISBN); UNESCO; Ministério das Relações Exteriores; e Biblioteca do Congresso Americano. Destacam-se, ainda, as parcerias da BNDigital com Portugal, França, Argentina e África. Participa da Biblioteca Digital Mundial (193 países) e da Biblioteca Digital do Patrimônio Iberoamericano.

1.3.3-Principais Parceiros Nacionais

Sociedade dos Amigos da Biblioteca Nacional – SABIN, Fundação Miguel de Cervantes de Apoio à Pesquisa e à Leitura – FMC (braço operacional para a emissão do ISBN), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Pinacoteca de São Paulo, Instituto Moreira Salles, Itaú Cultural, Arquivo Nacional, Fundação Oswaldo Cruz, Museu da República, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, com o Ministério da Cultura como um todo, onde se inclui especificamente a Secretaria de Fomento de Incentivo à Cultura – SEFIC.

A Instituição Bicentenária implantou e coordena um projeto inovador no Brasil: a Rede da Memória Virtual Brasileira. Tem por finalidade a circulação de informações, de documentos relativos ao Brasil, suas expressões artísticas, literárias e culturais. Através de convênios, estabelece parcerias com outras instituições representativas da cultura brasileira. Consiste na cessão de informações, imagens dos acervos dos parceiros, com vista à disponibilização *on line* no portal da *BNDigital*. A adesão à REDE é voluntária e não gera transferência de recursos. Nessa mesma linha, criou a Brasiliana Fotográfica e a Brasiliana Iconográfica, agregando instituições brasileiras detentoras de importantes coleções de fotografias e acervos iconográficos de interesse cultural.

A clientela da FBN é diversificada. Em relação à *BNDigital*, engloba desde leitores que acessam o portal para conhecer o acervo, pesquisadores, nacionais e internacionais, de graduação e pós-graduação, para suas pesquisas, estrangeiros que trabalham com história e cultura e, também, professores de ensino fundamental, médio e universitário que utilizam esse recurso virtual como fonte importantíssima de apoio às suas atividades.

1.4. Missão, visão, valores institucionais e diretrizes do Planejamento Estratégico

Conforme disposto no Planejamento Estratégico 2019 – 2022 da FBN/MinC, tem-se:

Missão: Garantir o direito à memória bibliográfica e documental do país.

Visão: Ser referência nacional e internacional na preservação e acesso ao patrimônio bibliográfico e documental brasileiros.

Valores: Os seguintes valores foram estabelecidos como Valores da Organização:

- Acesso;
- Memória;
- Pesquisa;
- Conhecimento; e
- Preservação.

1.5-Principais instrumentos legais internos relativos à área de integridade

Função de integridade	Unidade / instrumento de integridade	O órgão / entidade já possui tal unidade ou instrumento? Há alguma recomendação no sentido de seu fortalecimento ou reestruturação?	Quem será o responsável por sua criação, fortalecimento ou reestruturação? Em que prazo?	
			RESPONSÁVEL	PRAZO
Promoção da ética e regras de conduta para servidores	Comissão de Ética	SIM	DE	Dezembro de 2019
	Código de Ética e Conduta	Específico para a FBN não. Somente o dos Servidores Públicos Federais	DE	Dezembro de 2019
Transparência ativa e acesso à informação	Respondente de Ouvidoria e Autoridade de monitoramento da LAI	SIM	n/a	n/a
	Adoção do Sistema e-SIC	SIM	n/a	n/a
Tratamento de conflitos de interesses e nepotismo	DRH/COAD/CGPA	SIM	CGPA	Julho de 2019
	Adoção do Sistema SeCI	SIM	n/a	n/a
Funcionamento de canais de denúncias	CCD e DE	SIM	n/a	n/a
	Adoção do Sistema e-OUV	SIM	n/a	n/a
Funcionamento de controles internos e cumprimento de recomendações de auditoria	Auditoria Interna	SIM	n/a	n/a
	Adoção do sistema Monitor-Web para recomendações da CGU e monitoramento interno pelo Sistema SEI para recomendações da AUDIN	SIM. Em fase de aprimoramento.	AUDIN	Julho de 2019
Procedimentos de responsabilização	Corregedoria	NÃO. Hoje existe uma comissão para a triagem e gestão dos processos e os PAD são abertos AD HOC.	Presidência	Depende de recursos humanos e de disponibilidade de cargo em comissão
	Adoção do Sistema CGU-PAD	SIM	n/a	n/a
	Adoção do Sistema CGU-PJ	SIM	n/a	n/a

1.6- Estrutura de gestão de integridade

Nesse sentido, cabe registrar que a Auditoria Interna realizou em 2018 uma avaliação sobre a aderência da FBN/MinC aos recentes cânones na área de governança, em especial aos seguintes normativos: Lei nº 12.846/13 (Lei anticorrupção); Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação); Lei nº 12.813/13 (Lei de Conflito de interesses); Lei nº 8.443/92 (Tomada de Contas Especial); Decreto nº 9.094/17 (Simplificação do atendimento ao público); Decreto nº 6.029/07 (Ética pública); Decreto nº 9.203/17 (Política de governança); IN Conjunta MP/CGU nº 01/16 (Gestão de riscos); e Portaria CGU nº 1.089/18 (Integridade).

Esse trabalho, concluído em 13/08/2018, teve como fruto o Relatório de Auditoria Interna nº 001/2018 (Processo SEI nº 01430.000178/2018-91), com um diagnóstico dessa aderência que suporta as afirmativas do presente tópico, e recomendações que serão monitoradas pela Auditoria Interna.

A seguir destacamos a situação atualizada (Nov/2018) da estrutura de gestão de integridade da Fundação Biblioteca Nacional:

- **Comissão de ética:** A Comissão de Ética foi nomeada por meio da Portaria FBN/PRESI nº 109/2018, de 7/08/2018, e está em funcionamento, adotando medidas para aprimorar a sua estruturação, realizando reuniões administrativas e participando de capacitações promovidas pela CGU.
- **Transparência ativa e passiva:** O Sistema E-Sic de transparência passiva tem funcionado a contento e os dados obrigatórios tem sido disponibilizados no site, e ainda, a FBN tem efetuado esforços para a implementação do projeto de Dados Abertos do Governo Federal
- **Conflito de Interesses:** Os pedidos são processados pelo setor de pessoal, e foi desenvolvida campanha de esclarecimento nos murais com cartazes e pelo *mailing* da casa. Houve uma palestra sobre o tema, proferida pelo Auditor-Chefe, no dia 13/09/2018.
- **Respondente de Ouvidoria:** A casa utiliza o sistema E-ouv e apesar de não ter uma ouvidoria formal, devido a ser uma autarquia de porte moderado e com a restrição de cargos em comissão, dispõe de uma estrutura formal de interlocução e de processamento dessas demandas, o que tem se dado a contento.
- **Auditoria Interna/Gestão de riscos:** Possui uma auditoria interna organizada e que tem uma estrutura acanhada, ainda em processo de adesão as normas recentes da CGU. O RAINT da FBN/MinC pode ser acessado em: <https://www.bn.gov.br/sobre-bn/documentos-institucionais> . A Auditoria Interna tem procurado basear seus trabalhos em uma perspectiva de aprimoramento dos controles internos, e a implementação da gestão de riscos começara

com um piloto no setor de acervo, e se dará por Grupo de Trabalho instituído pela Portaria FBN/DE nº 05, de 12/11/2018.

- **Corregedoria:** A casa tem limitações de cargos em comissão e conta com apenas 334 servidores em exercício, e não tem logrado êxito em ter uma estrutura de Corregedoria mais robusta. Para dar conta dessa situação, dispõe de um Grupo de Trabalho Permanente para Avaliação Preliminar dos Processos de Responsabilização, designado pela Portaria PRESI/FBN nº 099/2018, de 25/07/2018, que realiza a triagem dos processos e aí são montadas comissões AD HOC com servidores habilitados a compor as mesmas. No ano de 2018 a FBN conduziu 6 processos de apuração, de diversas naturezas.

2. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PLANO DE INTEGRIDADE

Grupo de Trabalho específico, designado pela Portaria FBN/DE nº 05, de 12/11/2018.

Responsável – Vera Lucia Garcia Menezes, designada pela Portaria FBN/DE nº 06, de 12/11/2018.

Contato- vera.menezes@bn.gov.br Telefone - (21) 3095-3837

Apoio Técnico – Auditoria Interna

Contato – Auditoria@bn.gov.br Telefone - (21) 2262-9472

3. RISCOS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

Riscos	Medidas de Tratamento	Responsáveis	Prazo	Situação
Fraudes na licitação ou na fiscalização dos contratos	Realização de avaliações periódicas dos controles internos pela Auditoria Interna	AUDIN	Atividade contínua que vem sendo realizada	Em andamento
	Transparência nos processos de contratos, pagamentos e designação de fiscais	CGPA	Atividade contínua que vem sendo realizada	Em andamento
	Existência de canal de recepção de informações que podem, de forma independente, subsidiar a descoberta da ocorrência de fraudes	Respondente de Ouvidoria	Atividade contínua que vem sendo realizada	Em andamento
	A existência de vários pregoeiros e de uma supervisão independente	CGPA	Atividade contínua que vem sendo realizada	Em andamento
Nepotismo	Ações de sensibilização voltadas a prevenção de condutas antiéticas no âmbito do corpo funcional da FBN	CGPA Comissão de Ética	Abril de 2019	
	Exigência de declaração de parentesco no momento da posse para cargos em comissão, funções de confiança, terceirizados ou estagiários	CGPA	Abril de 2019	
Conflito de interesses	Ações de sensibilização voltadas a prevenção de condutas antiéticas no âmbito do corpo funcional da FBN	CGPA Comissão de Ética	Abril de 2019	
	Divulgação obrigatória da agenda pública dos dirigentes	Gab Presidência	Atividade contínua que vem sendo realizada	Em andamento
	Análises pelo setor de pessoal das demandas que se apresentarem	CGPA	Atividade contínua que vem sendo realizada	Em andamento
Cobrança de vantagem indevida em relação a priorização dos serviços prestados	Distribuição aleatória de processos de direito autoral, com supervisão da chefia	EDA	Atividade contínua que vem sendo realizada	Em andamento
	Inclusão nos normativos operacionais do EDA de limitações e vedações quanto ao risco de favorecimento.	EDA	Julho de 2019	
Desvio de patrimônio (obras) do Acervo da biblioteca com a participação de servidores ou terceirizados	Revista de bolsas na saída pela vigilância	CGPA	Atividade contínua que vem sendo realizada	Em andamento
	Sistema de monitoramento 24 H por câmeras nas áreas dos acervos	CGPA		
	Revezamento de vigilantes e servidores que atendem ao público nos seus postos de trabalho	CGPA CCSL		
Cobrança de vantagem indevida em relação a favorecimento nos certames culturais realizados e concessão de bolsas	Processos decisórios por comissões colegiadas	CCD	Atividade contínua que vem sendo realizada	Em andamento

	Ampla transparência dos processos de julgamento e de concessão de bolsas	CCD	Necessidade de aprimorar o processo de transparência, prazo em julho de 2019	
--	--	-----	--	--

Nota: a nomenclatura “em andamento”, de acordo com o apresentado no manual de preenchimento do Plano de Integridade da CGU, significa que a ação foi implementada e faz parte da rotina operacional e é executada de forma contínua.

4. MONITORAMENTO E ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA

O monitoramento, dos atuais e novos riscos de integridade identificados, serão reportados semestralmente a Diretoria Executiva e a Presidência da FBN/MinC, com a atualização do presente programa.

Rio de Janeiro, 28/11/2018